

Um Escocês Protestante no Mundo Luso-Brasileiro: Robert Reid Kalley na Ilha da Madeira e no Rio de Janeiro (1838-1859)

LYNDON DE ARAÚJO SANTOS

Universidade Federal do Maranhão
lyndon.santos@ufma.br

Resumo: A atuação do missionário Robert Reid Kalley no contexto luso-brasileiro resultou em importantes acontecimentos para a história religiosa no século XIX. Situamos um escocês protestante no mundo luso-brasileiro determinado por intencionalidades, escolhas e ações, em meio às pressões religiosas, políticas e diplomáticas. O artigo utiliza fontes e obras produzidas sobre sua passagem na ilha da Madeira e na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, mas com o objetivo de uma possível releitura histórica e religiosa. Para os autores protestantes, ocorreu uma perseguição, para os jornais conservadores da época, foi uma ação oficial como proteção da ordem e da Igreja Católica com seus dogmas. Relacionando os episódios na ilha da Madeira e em Petrópolis, de 1838 a 1859, propõe-se olhar tais episódios a partir das relações políticas, jurídicas e diplomáticas daquela conjuntura. Compreende-se que estas duas décadas encerraram um ciclo histórico ligando Portugal e Brasil.

Palavras-chave: Robert Reid Kalley, Mundo luso-brasileiro, História religiosa.

A Protestant Scotsman in the Luso-Brazilian world: Robert Reid Kalley in the island of Madeira and in Rio de Janeiro (1838-1859)

Abstract: The actions of the missionary Robert Reid Kalley in the Luso-Brazilian context had important results in the religious history in the 19th century. We describe a protestant Scotsman in the Luso-Brazilian world and determined by intentionalities, choices and actions, in the midst of religious, political and diplomatic pressures. The article uses sources and bibliography concerning the missionary's time in the island of Madeira and in the city of Petrópolis, in Rio de Janeiro, but with the purpose to develop a possible historical and religious rereading. For protestant authors, there was a persecution, for the conservative newspapers of that time, what happened was an official action for protection of the order and of the Catholic Church and its dogmas. The article then relates the episodes that happened in Madeira Island and in Petrópolis, from 1838 to 1859, and aims at looking at these episodes from the political, legal and diplomatic point of view. There is a comprehension that these two decades closed a historical cycle connecting Portugal and Brazil.

Keywords: Robert Reid Kalley, Luso-Brazilian World, Religious History.

Introdução

Não são poucas as obras, teses, dissertações e artigos já publicados sobre o médico e missionário escocês Robert Reid Kalley, que viveu na ilha da Madeira entre 1838 e 1846 e no Brasil entre 1855 e 1876. Sua presença, atuação e propaganda protestantes promoveram reações tanto na Madeira como no Brasil, especialmente na cidade de Petrópolis e no bairro da Saúde, com perseguições, conflitos religiosos e diplomáticos, violências e prisões, diásporas e até uma fuga dramática. Juntamente com tais obras, há um conjunto de fontes produzidas por ele mesmo e por outros agentes como autoridades religiosas e civis, jornalistas e testemunhas oculares dos acontecimentos, as quais ainda podem ser exploradas como rico material para interpretações e análises históricas.

Isto mostra, em parte, o seu lugar na história religiosa do século XIX, conectando os contextos luso, brasileiro e britânico. Se esta produção histórica recai em narrativas situadas e recortadas nos lugares por onde passou, com tonalidades por vezes triunfalistas, o objetivo deste ensaio está em retomar parte dessa produção numa possível releitura histórica e religiosa, relacionando dois episódios conflituos na Madeira e em Petrópolis, no espaço de duas décadas, de 1838 a 1859.

Contudo, nossa abordagem será feita à luz do material informativo e das narrativas das fontes ainda pouco ou não exploradas como o jornal *Diário do Rio de Janeiro* de 1845 a 1850 e o processo *Brazil, From Mr. Stuart and Mr. Forbes, may to july 1859*, acentuando os aspectos jurídico e diplomático dos conflitos¹. Este processo reúne as cartas trocadas entre um ministro brasileiro, o encarregado da Legação Britânica e Robert Kalley. O material demonstra os modos como as questões diplomáticas e jurídicas eram tratadas no âmbito formal, enquanto as conversas e as negociações eram feitas nos encontros pessoais.

O primeiro documento desse conjunto é a fala do imperador D. Pedro II que abriu “a terceira seção da décima legislatura da Assembleia Geral Legislativa”, em 10 de maio de 1859. O imperador pautou os assuntos a serem discutidos e deliberados pela assembleia daquele ano. Eram questões econômicas relativas às condições da lavoura e à mão-de-obra escassa, os problemas de corrupção eleitoral, a saúde pública das epidemias e os casamentos “não regulados pela atual legislação” referindo-se, certamente, ao matrimônio de não católicos². O discurso real procurava enquadrar o conflito que seria tratado nas cartas, dentro de um escopo político e diplomático.

1 Esta documentação encontra-se no Arquivo Nacional de Londres.

2 BRAZIL – *From Mr. Stuart and Mr. Forbes, may to july 1859*. London: National Archive of London, F.O.13/372, p. 83, 84. Outros assuntos também foram elencados como a arrecadação de impostos, as obras públicas, as fronteiras do império e as relações diplomáticas.

Além dessas duas fontes, utilizamos a obra *Lembranças do Passado*, uma compilação em quatro volumes organizada por João Gomes da Rocha, dos diários, das anotações, dos sermões, das cartas e dos relatórios do casal Kalley quando esteve no Brasil (1855-1876). Dessa maneira, identificamos as relações entre os conflitos religiosos vividos na Madeira e no Rio de Janeiro/Petrópolis por parte dos protestantes, com semelhanças e diferenças entre os eventos, o que nos sugerem uma dada continuidade entre eles.

Assim, situamos um escocês protestante no mundo luso-brasileiro determinado por intencionalidades, escolhas e ações, em meio às pressões religiosas, políticas e diplomáticas. Como afirmou Sérgio Prates Lima:

“Os problemas enfrentados por Kalley e seus seguidores deve ser visto para além dos temas religiosos. Não era, simplesmente, uma questão de perseguição religiosa aos protestantes, seguidores de uma religião minoritária, mas uma característica do Brasil daquela época: a posição antagônica em relação aos ingleses e também aos portugueses.”³

As Repercussões da Madeira no Rio de Janeiro

Antes de vir para o Brasil em 1855, Kalley esteve na ilha da Madeira como missionário e médico, além de promover a alfabetização, por causa da saúde de sua primeira esposa. No período de 1838 a 1846, distribuiu Bíblias, realizou reuniões religiosas em sua casa, abriu escolas pagando professores para alfabetizar camponeses e abriu um hospital com atendimento gratuito às camadas empobrecidas. Estas estratégias proselitistas contribuíram para a formação de uma nascente igreja presbiteriana com madeirenses convertidos ao protestantismo, o que provocou a reação da Igreja Católica, das autoridades da ilha e dos próprios moradores⁴.

A questão religiosa misturava-se com as tensões sociais por parte dos lavradores em suas condições de trabalho e o êxodo de parte da mão-de-obra madeirense para outros lugares como as Antilhas inglesas, juntamente com questões políticas vividas por Portugal nos conflitos entre liberais e absolutistas *miguelistas*⁵.

3 Sérgio Prates Lima – *Peregrinos, Missionários e Protestantismo: o Caso de Robert Reid Kalley*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010, p. 101.

4 Autores como Michael Testa (*O Apóstolo da Madeira: Dr. Robert Reid Kalley*. Lisboa: Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, 1963), William Forsyth (*The Wolf from Scotland: The Story of Robert Kalley*, England: Evangelical Press, 1968), Manoel da Silveira Porto Filho (*Robert Reid Kalley: o Apóstolo em três continentes. I - A epopeia da Ilha da Madeira*. Rio de Janeiro: [s/e], 1987), Sérgio Prates Lima (*Peregrinos, Missionários e Protestantismo...*), Ferreira Fernandes (*Madeirenses Errantes*. Lisboa: Oficina do Livro, 2004) e Douglas Nassif Cardoso (*Práticas pastorais do pioneiro na evangelização do Brasil*. São Bernardo do Campo, SP: Edição do Autor, 2002; Robert Reid Kalley: médico, missionário e profeta. São Bernardo do Campo, SP: Edição do Autor, 2001) descreveram com a maiores detalhes a passagem de Kalley pela Madeira.

5 Ferreira Fernandes – *Madeirenses Errantes...*, p. 38-39; ver tb. Antonio de Vasconcelos Nogueira – Crítica ao livro ‘Madeirenses errantes’ de Ferreira Fernandes. *Análise Social*. 175 (2005) 406-409 [Consult. 19/12/2016]. Disponível em:

“Foi precisamente numa época em que o liberalismo político se encontrava em fase de implantação em Portugal, nas primeiras décadas do século XIX, com a vitória dos Liberais na revolta militar (1828-34) contra o regime absolutista do Rei D. Miguel, que, na Madeira, onde imperou o domínio miguelista, vamos encontrar Robert Kalley, a quem o madeirense Manoel de Sant’Anna e Vasconcellos chamou de fanático escocês que ‘concede a temerária e criminosa empresa, de vir romper nesta Província portuguesa a Unidade Católica de que até então gozava todo o Reino’”⁶.

Assim, Kalley foi alvo de perseguição em 1846 tendo que fugir disfarçado e os seus seguidores dispersos em outros lugares, como “Guiana Inglesa (Demerara), Trinidad e Tobago, Estados Unidos (Illinois, Nova Iorque, e Havaí) e Brasil”⁷.

No Brasil, dez anos antes de sua chegada, esta passagem na Madeira repercutiu de forma negativa conforme os registros do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, publicado pelo conservador Nicolau Lobo Viana⁸. Entre 1845 e 1850, foram veiculadas notícias sobre as turbulências na Madeira causadas pelo missionário agitador, sobretudo o processo que se seguiu da indenização pedida por Kalley junto ao governo português pelas perdas então sofridas.

O periódico posicionava-se contra as ameaças à Igreja Católica e ao catolicismo, bem como aos ventos do liberalismo que pelo Brasil também já sopravam, embora não contasse com nenhuma *ameaça protestante* efetiva, mesmo com a presença de capelas anglicanas e de imigrantes alemães luteranos ocupando as fronteiras do sul do país⁹.

Para o periódico, Kalley

“fez na ilha da Madeira demonstrações anticatólicas, que indispueram a população. As autoridades da ilha, associando-se ao descontentamento público, puseram a mão no missionário turbulento e o prenderam, deixando-o na cadeia não seis dias, porém mais de dois meses. Deram-lhe liberdade para deportá-lo. (...) Por parte de M. Kalley pediu-se uma indenização da mesma forma que por parte de M. Pritchard, pelos sofrimentos que padecera antes da deportação. Levada a questão aos tribunais portugueses pelo próprio M. Kalley, estes decidiram que nada se devia. M. Kalley dirigiu-se então

<http://arquivohistoricomadeira.blogspot.com.br/2009/03/critica-ao-livro-madeirenses-errantes.html/>; http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000300008. ISSN 0003-2573.

6 Maria Zina Gonçalves Abreu – “‘Pilgrims’ Madeirenses na Expansão da Fronteira Norte-Americana: Proselitismo de Robert Reid Kalley, 1838-c.1850”. In *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses (Lisboa: Centro de Estudos Anglo-Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. (2001), 613-628: 613. [Consult. 14 Dez. 2016]. Disponível em: <http://arquivohistoricomadeira.blogspot.com.br/2009/04/robert-reid-kalley-maria-zina-goncalves.html>; <http://www2.fcsh.unl.pt/congressoceap/zina-abreu.doc>.

7 Sergio Prates Lima – *Peregrinos, Missionários e Protestantismo...*, p. 37.

8 Bruno Brasil – *Diário do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. (2014), 1 [Consult. 16 Dez 2016]. Disponível em: <http://bdigital.bn.gov.br/artigos/diario-do-rio-de-janeiro>.

9 Em 1842, os metodistas Daniel Kidder e James Fletcher realizaram ações protestantes no Rio de Janeiro, mas sem resultados permanentes em termos de uma igreja formada.

ao embaixador inglês para obter reparação; mas este, temendo ser mal entendido junto do governo, parece que não quis encarregar-se de sustentar esta reclamação. O correspondente do *Standard* anuncia que M. Kalley pagará as custas, ainda mais censura-o por ter feito tanta bulha.”¹⁰

O articulista celebrou o insucesso na tentativa de indenização e a saída imediata da ilha por conta de uma ordem de prisão por um ano. Citando outro periódico, o *Edimburgo Advertiser*, a nota comentou a resposta dada ao *Lord Privost de Edimburgo*, demonstrando o conflito diplomático surgido com base no tratado firmado entre Portugal e Inglaterra no ano de 1842, de responsabilidades recíprocas.

“(...) declara pois Lord Aberdeen, que o referido doutor Kalley se enganara sobre a inteligência do tratado de 1842, entre Portugal e a Grã-Bretanha, e que assumira um caráter que não pode ser sustentado pelo governo inglês, por isso que franqueou a sua casa para celebração dos officios divinos, e pregara no idioma português a súditos portugueses contra a religião católica romana. Cumprindo advertir, que visto serem recíprocas as disposições do tratado de 1842, e que o governo inglês por caso nenhum consentiria, que um português pregasse em Inglaterra contra a religião do país, como em possessão portuguesa fizera o doutor Kalley, julga digno e coerente o procedimento de Portugal.”¹¹

O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação foi assinado em Lisboa, de 3 de julho de 1842 e ratificado em 29 de julho, dizia no seu primeiro artigo:

“(...) Aos súditos de cada uma das Altas Partes Contraentes será também permitido, nos Domínios da Outra, o livre uso e exercício da sua Religião, sem por forma alguma serem inquietados pelas suas opiniões religiosas: poderão reunir-se para objetos de culto público, e para celebrarem os ritos da sua Religião nas suas próprias moradas ou em Capelas, ou lugares para esse fim destinados, sem que agora, nem para o futuro sofram o menor embaraço, ou interrupção qualquer; e Sua Majestade Fidelíssima há por bem, agora, e para sempre, conceder licença aos Súditos de Sua Majestade Britânica para edificarem e conservarem tais capelas, e lugares de culto dentro dos Seus Domínios: ficando sempre entendido, que as ditas capelas e lugares de culto não devem ter torres de sinos nem sinos.”¹²

Os termos garantiam a liberdade dos ritos de cada religião, mas era restrita somente a dois espaços principais, as capelas e as moradas, “ou lugares para esse fim destinados”. Nisto, Kalley não havia *transgredido* os limites impostos. No entanto,

10 Jornal *Diário do Rio de Janeiro...*, 11 de abril de 1845, p. 1.

11 Jornal *Diário do Rio de Janeiro...*, 11 de abril de 1845, p. 2.

12 Antônio Ribeiro Saraiva – Do Tratado de Comércio entre Portugal e a Grã-Bretanha. Londres: Imprensa de Schulze e CA, 1842, p. 196.

os termos traziam como pressuposto a especificidade dos ritos oficiais das duas religiões nacionais, a anglicana e a católica, protegidos e respeitados pelo mútuo comprometimento. O médico, todavia, não era um *anglicano* de confissão e, como um *independente presbiteriano* e mesmo dentro do espaço da sua casa, realizou celebrações em português para portugueses, caracterizando, assim, a ação proselitista ameaçadora da religião oficial, no entendimento das autoridades religiosas e civis¹³. Além disso, nas atividades médicas sempre fazia orações, falava da religião e apresentava os enfermos com literaturas protestantes¹⁴.

Dois meses depois, as notícias da Madeira circulavam no Rio de Janeiro sobre o doutor que trabalhava “para derrubar a religião dominante pregando o protestantismo”, desprezando os tratados existentes. Os *cidadãos ortodoxos*, as *competentes autoridades da ilha* e o *digno e virtuoso prelado que rege pelo lado espiritual*,

“todos à porfia tomaram contra o invasor dos direitos político-religiosos a atitude que lhes competia, fazendo proceder contra o agitador, e expondo a Inglaterra os motivos porque assim obravam, os quais foram tomados no seu justo valor pelo governo britânico, que declarou que à vista dos tratados existentes, assim como a Inglaterra não permitiria que um Português ali pregasse contra a sua religião, do mesmo modo Portugal não deveria consentir que um inglês pregasse em domínio Português contra a religião do país.”¹⁵

Segundo ainda a nota, Kalley havia se retirado da ilha indo buscar apoio diplomático na Inglaterra e divulgar o seu trabalho missionário, mas havia retornado à Madeira retomando suas atividades, embora fragilizado pela fracassada tentativa diplomática e com menor influência e força. O bispo madeirense, voltou esforços para reafirmar a identidade católica pregando na quaresma na catedral, celebrando pessoalmente os *augustos mistérios* com respectivo fervor evangélico. Com isso, atribuiu-se o momento de trégua: “Na ilha há tranquilidade”¹⁶.

Entretanto, mesmo com os esforços do bispo em pregar e visitar, a tranquilidade propagada era circunstancial. Em setembro, o *Diário do Rio de Janeiro* noticiava a substituição do bispo da Madeira pelo governo português e a determinação de encerrar o cisma introduzido pelo Dr. Kalley. D. José Xavier Cerveira de Souza agiria de forma mais contundente com o apoio das autoridades, acirrando as ações

13 Consideramos, naquele momento, o perfil religioso e pastoral de Kalley que, mesmo sendo um presbiteriano agia de forma independente de qualquer denominação religiosa, sociedade bíblica e a igreja nacional da Escócia, a Presbiteriana. Essa autonomia e independência se estenderiam na sua atuação no Brasil, fundando uma igreja de molde congregacionalista em 1858, a Igreja Evangélica Fluminense, ou seja, não subordinada a nenhuma outra instância eclesiástica externa e autogerida pelas suas assembleias locais de membros.

14 Outra limitação dos termos era a respeito das formas externas das capelas e dos lugares de culto que não poderiam reproduzir o modelo da religião de cada país, como torres de sinos e nem sinos. No Brasil, nos termos do tratado de 1810 entre Portugal e Inglaterra, a mesma restrição se impôs também com a utilização do símbolo da cruz.

15 *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 9 de junho de 1845, p. 1.

16 *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 9 de junho de 1845, p. 1.

contrárias aos protestantes da ilha. Contudo, a ênfase maior no teor da nota estava na fidelidade aos termos do tratado da parte de Portugal, cumprindo outras exigências como a oposição ao tráfico de escravos,

(...) tendo o atual ministro da marinha desenvolvido a maior atividade por meio de cruzeiros, onde oficiais ativos e inteligentes desempenham honrosamente missão que lhes foi confiada: testemunha d'esta verdade a Inglaterra, onde Lord Aberdeen em pleno parlamento fez a devida justiça a Portugal, reconhecendo e confessando quanto tenham cooperado os portugueses para o acabamento d'este tráfico bárbaro. (...).¹⁷

Um ano depois, em 9 de agosto de 1846, ocorreu a fuga de Kalley e de protestantes da Madeira ante o auge da crise que lhes fora feita pela população e pelas autoridades.

"Tendo ocorrido na cidade do Funchal na ilha da Madeira, a 9 de agosto próximo passado, um movimento tumultuário de considerável gravidade, e do qual, segundo consta, foi alvo o doutor Roberto Reid Kalley, súdito britânico ali estabelecido, sob pretexto de que o referido Kalley propagava entre o povo doutrinas contrárias às consagradas pela religião do estado, por virtude do qual tumulto fora o dito britânico compelido a embarcar precipitadamente, desamparando a sua residência; e seguindo-se outros atos contrários à boa ordem e às leis (...)."¹⁸

O governo português imediatamente procurou averiguar o ocorrido a fim de reparar o mal e extirpar "todas as causas, que possam ter determinado este acontecimento, ou dar lugar a outros análogos, procedendo-se para este fim a uma indagação e informação cabal de todas as circunstâncias, que acompanharam este acontecimento, e adotando-se imediatamente as convenientes providências"¹⁹. O *conselheiro, ministro e secretário de estado honorário*, António José d'Ávila, foi ordenado a passar à cidade de Funchal como comissário do governo, de acordo com o decreto expedido pelo Duque de Palmela em 5 de setembro de 1846,

"a fim de indagar, e cabalmente conhecer do referido fato, e circunstâncias dele, informando de tudo o meu governo, e indicando as providências, que para o restabelecimento da tranquilidade forem necessárias, e tomando d'este logo com o caráter de interinas todas aquelas, que por urgentes não possam ser propostas previamente ao meu governo. Os ministros e secretários de estado de todas as repartições, assim o tenham entendido e façam executar."²⁰

17 *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 15 de setembro de 1845, p. 1.

18 *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 10 de novembro de 1846, p. 2.

19 *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 10 de novembro de 1846, p. 2.

20 "Paço de Belém, em 5 de setembro de 1846.- Rainha.- Duque de Palmella. - Joaquim Antonio de Aguiar.- Visconde de Sá Bandeira.- Julio Gomes da Silva Sanches.- Conde de Lavradio.- Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque". *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 10 de novembro de 1846, p. 2.

O jornal expressou a preocupação de que um dia as mesmas situações viessem a ocorrer no Brasil, alertando ao governo para impedir que um estrangeiro como o doutor, viesse “pregar doutrinas novas, acendendo a guerra religiosa, como a que fermenta na ilha há alguns anos, e que vem de rebentar com tanta força no dia 9 de agosto último”²¹. Enquanto isso, as ações do conselheiro Ávila traziam a tranquilidade apregoada um ano antes e cujo relatório já se sabia ser contrário às pretensões de Kalley que havia entrado com novo pedido de indenização²².

O alerta não foi percebido pelo governo brasileiro e, nove anos depois do chamado *dia de São Bartolomeu* da Madeira²³, o doutor com sua segunda esposa desembarcavam no Rio de Janeiro (10 de maio de 1855), onde ocorreriam mais uma vez conflitos de ordem religiosa, política e diplomática, não mais envolvendo Portugal e Inglaterra, mas os impérios brasileiro e britânico.

A Questão Religiosa em Petrópolis

Nestes nove anos que precederam sua chegada ao Brasil, Kalley fez viagens à Palestina, enviuvou-se da primeira esposa Margareth e casou-se com a britânica Sarah Poulton Wilson, também protestante, musicista, tradutora e de prática eclesialista *congregacionista*²⁴. Entre 1846 e 1850, Kalley visitou os exilados madeirenses nos Estados Unidos, ganhou a indenização em 1853 pelas perdas sofridas do governo português e decidiu vir para o Brasil trazendo alguns madeirenses com ele.

“(…) em 1853, o Governo português, também ele diplomático, aceitou indenizar Robert Kalley, apesar de não se sentir responsável pelo que aconteceu na quinta de Santa Luzia. Com a assinatura do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Atouguia, decreta-se: ‘Não querendo ser taxado de má-fé o Governo português anui em pagar setecentos e oitenta e quatro mil seiscentos e trinta e um reis (1.574,7 libras)’. E para que não se pense que se verga a pressões, acrescenta-se: ‘Em três prestações.’”²⁵

Contudo, ao chegar ao Brasil em 1855, receava ser reconhecido por madeirenses nas ruas do Rio de Janeiro, o que demonstrava seu cuidado e temor ante a

21 *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 25 de novembro de 1846, p. 2.

22 *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 7 de dezembro de 1846, p. 2.

23 Michael Testa – *O Apóstolo da Madeira...*, p. 148; Manoel da Silveira Porto Filho – *Robert Reid Kalley...*, p. 79. A comparação deve ser vista com ressalvas.

24 Sarah foi de fundamental importância na trajetória do esposo no Brasil. Na cidade de Liverpool onde vivia, pertencia a uma igreja congregacionista e alfabetizava operários da fábrica de sua família. Esta herança, certamente, veio ao encontro do espírito independente de Kalley e no desenvolvimento de uma prática missionária voltada para as camadas mais empobrecidas da sociedade.

25 Ferreira Fernandes – *Madeirenses Errantes...*, p. 58, 59; ver tb. Manoel da Silveira Porto Filho – *Robert Reid Kalley...*, p. 99-105.

repercussão das perseguições da Madeira, mas logo viu que não adiantaria tal cuidado.

“Temi, sim, (...) que os boatos dos acontecimentos na Madeira nos embaraçasse o trabalho e resolvemos proceder com muito sossego, e de fato, incógnito quanto mais possível: todavia poucos dias depois da nossa chegada fui encontrado na rua e reconhecido por um velho doente cujos olhos fizera operação na Madeira de dez anos antes; encontrei tantos d’aquela ilha que sabiam de mim, que reconheci que era inútil evitar publicidade.”²⁶

Suas atividades missionárias junto com os madeirenses no Rio de Janeiro logo provocariam reações assim como na Madeira. As estratégias proselitistas eram as mesmas, mas, agora, em um contexto distinto de um império brasileiro, outrora luso, sob o regime do padroado régio e com uma constituição promulgada em 1824 que afirmava o catolicismo como religião oficial do Estado, mas que garantia a liberdade de culto a partir de uma *tolerância* com dados limites²⁷. A base da mão-de-obra era escrava nos grandes latifúndios por parte dos africanos oriundos do tráfico ou nascidos no Brasil até 1850²⁸. A maioria da população era analfabeta, mas um contingente de letrados surgia com o crescimento de núcleos urbanos e com a imigração europeia. Esse cenário se coadunava às práticas missionárias relativas à distribuição de Bíblias e literaturas, num mercado leitor em expansão.

Tanto no bairro da Saúde, dentro do município da corte, como na cidade serrana de Petrópolis, hostilidades e *perseguições* ocorreram aos protestantes e aos *mascates da fé*. Estes eram missionários ambulantes que, junto com a divulgação da fé protestante, vendiam a literatura evangélica e supriam seus salários com a renda adquirida²⁹. Eram também chamados *colportores* que efetivamente disseminaram a crença protestante nas ruas e no cotidiano brasileiro, tanto quanto ou mais que os missionários estrangeiros. Eles conciliaram a ação religiosa com a atividade econômica como andarilhos nas ruas, indo de casa em casa, de loja em loja, nas praças e em lugares estratégicos, à semelhança de outros tipos de mascates tão comuns no contexto urbano e rural brasileiro³⁰.

26 João Gomes da Rocha – *Lembranças do Passado*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013, vol. I, p. 31.

27 Art. 5. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:

V. Ninguém pode ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Publica. *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*.

28 Em 1850 foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz que tornava livres os filhos de escravos nascidos desde aquela data.

29 Lyndon de Araújo Santos – *Os Mascates da Fé: história dos Evangélicos no Brasil (1855-1900)*. Curitiba: CRV, 2017, p. 60.

30 Lyndon de Araújo Santos – *Os Mascates da Fé...*, p. 60-69.

Estes mascates eram madeirenses refugiados que trouxeram uma nova forma de ação religiosa e proselitista, junto com o fervor e a experiência de terem sofrido as agruras na Madeira.

“Escrevendo a um amigo no início de 1856, Kalley convidou três madeirenses com suas famílias a virem para o Brasil: Francisco da Gama, Francisco de Souza Jardim e Manuel Fernandes. Os três aceitaram o desafio e transferiram-se para o Rio de Janeiro, indo morar no mesmo local que foi também o local das reuniões iniciais da Igreja.”³¹

Esse modo de agir apropriado na Madeira foi reintroduzido no Rio de Janeiro e em Petrópolis, daí os conflitos surgirem como reação.

Petrópolis era uma cidade refúgio das elites quando das epidemias no município da corte, por se tratar de uma região serrana favorável ao tratamento da saúde e distante dos focos das febres. Também era onde ficava a residência do imperador e havia o fluxo de imigrantes alemães com incipientes fábricas. Assim, não haviam as mesmas condições para uma *rebelião popular* tal como se deu na Madeira quase vinte anos atrás, tendo Kalley como insuflador. Não como outrora, Kalley partiu para o enfrentamento jurídico em reação às acusações advindas do governador da província e da Igreja Católica, valendo-se, ao mesmo tempo das relações diplomáticas e das influências pessoais nas redes de relacionamentos estabelecidas.

Em carta de 27 de junho de 1859, o ministro dos Negócios Estrangeiros José Maria da Silva Paranhos dirigiu-se ao *Chargé d’Affaires* ou encarregado da Legação Britânica, Sr. Hon. William Stuart relatando que o presidente da província do Rio de Janeiro, confidencialmente lhe participou sobre a incidência de propaganda protestante em Petrópolis por parte do Dr. Kalley, bem como a assistência médica a enfermos e suas famílias. Paranhos estava munido de informações acerca da trajetória do médico em Petrópolis e como ele fora “expulso da Ilha da Trindade e Madeira, onde excitou um levantamento popular”³². Mais de dez anos depois, no Brasil, ainda repercutia a perseguição aos madeirenses protestantes e à incitação feita, o que se temia repetir-se em Petrópolis.

Embora as atividades religiosas de Kalley *ainda* não tivessem chegado “à perturbação do sossego público”, a questão que se colocava nos âmbitos diplomático e jurídico era a respeito dos limites impostos pela *constituição política do Império* quanto à tolerância religiosa por ela garantida, que não seria tão ampla assim que permitisse a propaganda de “doutrinas contrárias à religião do estado”³³. Por fim, Paranhos dirigiu-se da seguinte forma a William Stuart:

31 Lyndon de Araújo Santos – *Os Mascates da Fé...*, p. 64.

32 BRAZIL – *From Mr. Stuart and Mr. Forbes, may to july 1859...*, p. 369.

33 BRAZIL – *From Mr. Stuart and Mr. Forbes, may to july 1859...*, p. 370.

“(…) rogo-lhe se digne providenciar para que o Sr. Kalley se retire daquela localidade, caso ainda ali exista, ou pelo menos abstenha-se dos atos que dão motivo a esta Confidencial, as quais se infelizmente continuarem poderão produzir resultados que é do dever do Governo Imperial, prevenir pelos meios ao seu alcance.”³⁴

Stuart, por sua vez, que até então não conhecia pessoalmente o médico, em 1 de julho encaminhou-lhe a notificação recebida sobre suas atividades religiosas e médicas, de sua expulsão das Ilhas de Trindade e Madeira, bem como das garantias à tolerância religiosa que não eram tão amplas quanto à propaganda religiosa contrárias às do Estado. Stuart comunicou que foi requerida sua saída da cidade ou a abstenção daquelas atividades³⁵. Havia, portanto, a necessidade da justificação da conduta de Kalley ante a ameaça de conversões à fé protestante e as explicações quanto à sua expulsão da Madeira. Entretanto, as atividades voltadas às camadas pobres e escravas da população certamente causavam incômodos às autoridades e às elites, juntamente com as pressões da Igreja Católica incomodada com a ação proselitista protestante.

Em 16 de julho, Kalley respondeu a Stuart elencando em quatro pontos as questões que foram levantadas a seu respeito, solicitando que fossem repassados ao ministro Paranhos. Em primeiro lugar, alegou que nunca havia visitado a Ilha de Trindade e nunca fora expulso por nenhuma autoridade nem política e nem legal, de nenhuma ilha ou país em que residiu. Nisto, omitiu sua passagem conturbada na Ilha da Madeira quando fugiu disfarçado diante da perseguição que se movera contra ele em 1846.

Em segundo, afirmou que nunca havia pregado em Petrópolis, talvez no entendimento de nunca haver feito nenhuma propaganda pública do protestantismo, embora tenha realizado reuniões em sua casa. Também considerava ser seu privilégio e obrigação lembrar a seus pacientes que Deus somente abençoava os recursos usados para restaurar a saúde, e os *recomendava à verdade no amor e poder e morte do Senhor Jesus Cristo*. Por fim, disse que considerava o leito do enfermo o mais inapropriado lugar para a discussão de pontos controvertidos de fé ou prática.

Em terceiro lugar, alegou que em qualquer país que residira empenhou-se por viver de acordo com a sua lei. Desde que recebera a carta do encarregado tinha tido alguns problemas com as pressões recebidas, mas se esforçado em verificar a legislação brasileira em vários assuntos e se a tinha ofendido inconscientemente. Depois de examinar a constituição e as opiniões a respeito das interpretações dadas pelos mais *eminentes* advogados no Império, e comparando com sua conduta no Brasil,

34 BRAZIL – *From Mr. Stuart and Mr. Forbes, may to july 1859...*, p. 370.

35 “(...) I shall be obliged to you to furnish me, in the first instance, with any explanation wich you may wish me to forward to His Excellency in justification of your conduct (...)”. BRAZIL – *From Mr. Stuart and Mr. Forbes, may to july 1859*, p. 371,372.

nada descobriu que tivesse transgredido, exceto em ter dado ajuda médica gratuita para os pobres sem a licença da Escola Médica Brasileira.

E, dificilmente imaginaria que isto seria considerado uma ofensa por parte de um governo desejoso em promover a colonização naqueles territórios, mais especialmente porque, quando ofereceu seus serviços para o presidente da Diretoria de Saúde em Petrópolis durante a prevalência (do vírus) da cólera, mostrou os seus diplomas e o presidente não aduziu o requerer uma licença brasileira como qualquer impedimento para a sua assistência para os doentes pobres. Argumentou ainda que havia obedecido a um novo magistrado nomeado que desejava que ele se abstinhasse de ver qualquer paciente ou escrever qualquer prescrição.

Por fim, negou ser um emissário de alguma Sociedade propagandista conforme havia circulado e pediu para acrescentar que nunca ocupou tal posição. Apresentou-se como um cavalheiro autônomo, de prática independente, mas contente onde quer que residisse para usar o conhecimento médico e gastar algum tempo em tentar beneficiar seu próximo.

Juntamente com esta carta, ainda no mesmo dia de 16 de julho, o missionário endereçou outra missiva “em adição para acompanhar a resposta” à comunicação oficial, a fim de permitir um correto julgamento da matéria. Como a antes, elencou seus argumentos reiterando os anteriores, mas indo além deles com mais detalhes e justificativas.

O primeiro era a respeito do seu “propagandismo”. Desde que se tornara convicto de que a Bíblia continha a *divina revelação*, sempre trazia consigo exemplares na língua do país onde residia, para ofertar a quem ele entrasse em contato, e a única Bíblia que havia distribuído era a da versão católica romana do Padre Antonio Pereira de Figueiredo. Para ele, o ministro Paranhos dificilmente veria a circulação destas Bíblias como propaganda protestante.

Assim também ocorrera na Madeira quando alegou utilizar a versão católica da Bíblia. O bispo da ilha proibiu a leitura, e a circulação de tais Bíblias e determinou a sua apreensão, alegando ser a versão adulterada, ameaçando de excomunhão quem a lesse³⁶. Em Petrópolis, uma leitora da Bíblia testemunhou que “um subdelegado tivera instruções para pedir-lhe e tomar-lhe a Bíblia e outros livros, a fim de serem ‘examinados’, e que, ao mesmo tempo, recebera uma Mensagem Oficial, reprovando-a por ‘deixar-se ser iludida pelo inglês’”³⁷. Assim como na Madeira, a Bíblia seria usada como pretexto para reagir ao sucesso do proselitismo *kallysta*.

Embora negasse ser representante de qualquer sociedade bíblica, Kalley tinha a prática de importá-las, juntamente com outras literaturas, tratados e novos-

36 Ferreira Fernandes – *Madeirenses Errantes...*, p. 46.

37 João Gomes da Rocha – *Lembranças do Passado...*, vol. I, p. 83.

-testamentos, distribuindo-os por meio de *colportores* e em suas visitas pastorais e atendimentos médicos. Os colportores vendiam essa literatura aproveitando os diálogos para fazer pregação religiosa e doações a quem não podia pagar, mesmo com os preços bem acessíveis. Assim, de janeiro a junho de 1859, foram adquiridas 847 Bíblias e 1100 novos-testamentos. Com a venda os salários eram pagos e as despesas com as remessas eram cobertas por Kalley³⁸.

O segundo argumento, era a respeito da sua “pregação”. Neste momento, Kalley descreveu como era o seu cotidiano familiar onde cultivava diariamente o hábito de realizar cultos domésticos convidando seus hóspedes a participar. Lia uma porção da Bíblia falando do seu conteúdo, lia e cantava um ou dois hinos e orava *ao Deus todo-poderoso*. No domingo pela manhã e ao anoitecer gastava mais tempo com estas ocupações do que nos outros dias, empenhado em fazer as mesmas coisas das mesmas maneiras. Ou seja, sentados em volta da mesa de jantar liam versos das escrituras e conversavam familiarmente e livremente, como também em outras ocasiões sociais eram oferecidas orações e canções, sem nenhuma forma de culto. Com esse argumento, o missionário descaracterizava a natureza pública do culto religioso e situava na vida privada o seu espaço inviolável, projetando o direito ao usufruto individual dessa liberdade de culto, estando o Estado e qualquer outra instância limitados a interferir nesta esfera.

O argumento seguinte foi a respeito da *assembleia* de pessoas na sua casa. Eram portugueses que haviam renunciado ao catolicismo antes de o conhecerem e também norte-americanos protestantes que formavam a assembleia. Kalley não se responsabilizava por terem prestado culto em sua própria religião e resistido à constituição. No entanto, já se faziam esforços de organização de uma igreja em Petrópolis com adeptos como as duas brasileiras de nome Gabriela Augusto Carneiro Leão e Henriqueta (Esher) e de um Francisco (“o velho soldado”) e sua mulher, com celebrações da ceia³⁹.

O último referiu-se à questão da garantia da tolerância religiosa, ao dirigir as seguintes perguntas aos mais eminentes advogados do império: “É lícito aos estrangeiros observar sua devoção familiar em sua casa privada? E se alguns dos seus amigos brasileiros escolhessem estar presentes com eles renderiam uma devoção criminosa?”. A primeira resposta foi afirmativa e a segunda negativa. Kalley transcreveu as respostas dos juristas, a começar do Dr. Caetano Alberto que disse não haver crime para estrangeiros observarem sua devoção e crenças em suas próprias casas, bem como para brasileiros que escolham participar em atos de comunhão

38 João Gomes da Rocha – *Lembranças do Passado...*, vol. I, p. 84, 85.

39 João Gomes da Rocha – *Lembranças do Passado...*, vol. I, p. 82, 83.

diferentes da religião do Estado, sem merecerem reprovação, pois não desprezaram o culto (oficial) do Estado⁴⁰.

A fim de saber o que a legislação dizia, Kalley propôs mais outras questões. Na carta estão referidas somente duas, mas João Gomes da Rocha afirmou que foram onze quesitos apresentados ao mesmo tempo. A primeira se seria *falta legal* um cidadão brasileiro consultar alguém que não segue a religião do Estado e este lhe explicar sua crença. A segunda, se haveria culpa caso aconselhasse adotar religião que não a do Estado⁴¹. Joaquim Nabuco, Caetano Alberto Soares e Urbano S. Pessoa de Mello responderam negativamente às questões, sem haver nenhum artigo no código criminal para quem de livre consciência deve fazer. Kalley transcreveu a reposta de Urbano:

“Os crimes contra a religião são definidos nos artigos 276 a 278 do Código Criminal. A propaganda de doutrinas anti-religiosas é crime somente quando elas diretamente tendem a destruir as doutrinas fundamentais da existência de Deus, e a imortalidade da alma. Outras verdades podem ser discutidas se qualquer outro culto (devoção) estabelecido pelo Estado não [for] abusado nem tratado com desprezo. O conselho não é crime porque a coisa avisada não é um crime, nem os significados são criminosos.”⁴²

Para o missionário, portanto, a liberdade que usufruía estava dentro dos limites da carta constitucional que conferia a qualquer cidadão estrangeiro praticar sua religião em sua casa, se esta não tivesse a aparência de igreja (templo) e nenhuma convocação pública era feita. Expressou sua extrema surpresa a Stuart pelo ministro tê-lo incomodado com aquele assunto e ter considerado isso oferecendo-lhe conselho que somente se justificaria por suposições enganosas. Para Kalley, o ministro acreditara na sua culpa e nesta consciência submetera tais insultos. Kalley reclamou do molestamento que a carta de Paranhos lhe causou por ter se tornado conhecida; e propôs a sua publicação nos países de onde vinham migrantes para a sua colonização do país, a fim de que aqueles cidadãos livres não fossem enganados da *aparência*

40 As respostas dos são conhecidas através do relato de Kalley.

41 “1. Os cidadãos brasileiros adultos têm ou não têm liberdade perfeita de seguir a religião que quiserem? 2. Se algum deles consultar uma pessoa que não segue a religião do Estado e essa pessoa lhe explicar sua crença, será um ou outro incurso em qualquer pena legal? 3. Será criminoso aquele que neste caso aconselhar o cidadão brasileiro a adotar uma religião que não seja a do Estado? 4. O caso será o mesmo, estando a pessoa em sua casa ou fora dela, em público ou em particular? 5. Se um cidadão brasileiro unir-se a qualquer outra comunhão que não seja a do Estado, será por isso incurso em qualquer pena, seja debaixo do título de apóstata, blasfemo ou outro qualquer? 6. Os membros da Comunhão que o receberem (ou qualquer deles) serão por isso incursos em qualquer pena da lei? 7. É lícito aos estrangeiros seguir o seu culto doméstico em suas casas particulares? 8. Se algum dos seus inimigos brasileiros quisesse estar presente com eles, tornar-se-ia com isso o seu culto criminoso? 9. Se o culto estrangeiro estivesse numa casa sem forma alguma de templo, mas com a entrada franqueada àquele que quiser – sem limitar-se aos amigos do morador – seria criminoso? 10. Um estrangeiro pode ser obrigado a sair do sítio onde mora, ou ser deportado do país à vontade do Governo, sem culpa formada? 11. O que se deve entender pelas palavras *publicamente* e *reuniões públicas*, nos arts. 276 e 277 da Carta Constitucional?”. João Gomes da Rocha – *Lembranças do Passado*, p. 95,96, vol. I.

42 BRAZIL – *From Mr. Stuart and Mr. Forbes, may to july 1859...*, p. 390.

da liberdade da carta constitucional, mas informados acerca da interpretação feita pelo governo imperial.

Em 23 de julho, Stuart encaminhou a resposta ao ministro brasileiro transmitindo todos estes argumentos como sendo satisfatórios ao esclarecimento de um mal-entendido. Além disso, particularmente conversou com o médico que lhe afirmou somente ter usado a Bíblia de tradução católica romana, da versão do padre António Pereira de Figueiredo. Os encontros em sua casa, por sua vez, reuniram portugueses, cidadãos norte-americanos e um brasileiro e sua filha adulta que haviam renunciado ao catolicismo antes se conhecerem. Stuart acrescentou ter feito uma inquirição sobre o doutor e ouvido boas referências sobre as suas ações cristãs caritativas aos pobres, sem ter ensinado seus pacientes a *orar*, ou inculcado doutrinas comuns a toda a religião cristã e que provavelmente se tornaria fonte de perigo ao Estado. Por fim, assegurou ao ministro que seria grande honra protegê-lo em suas humanas e pacíficas ocupações, ao invés de colocá-lo como alvo de perseguição e de intolerância.

Stuart acatou estes argumentos e os reiterou a Paranhos, acentuando a prontidão de Kalley em colaborar com as investigações e questionando a possibilidade de uma ação arbitrária por parte do governo brasileiro. Informou que Kalley recebeu conselhos de dois juristas, principalmente de Joaquim Nabuco, que era ministro da justiça do império. Embora encaminhada para o desfecho jurídico e diplomático ante as advertências do ministro Paranhos, a questão Kalley não estava ainda encerrada por causa das pressões clericais, o que demonstra o híbrido das relações entre Estado e Igreja naquela conjuntura, instituídas desde o regime do padroado.

Stuart considerava a forma não extremada que o governo brasileiro lidava com questões, apelando, por certo, ao espírito liberal, ante as ações do clero de tendências ultramontanas. Entendia que deveria ser tratada essa questão religiosa de forma confidencial por Paranhos, que concordou com o alerta dado e lhe enviou recado *confidencial* de que estivesse tranquilizado pelas explicações feitas. Na tramitação do processo, ficam evidentes os mecanismos sociais e políticos utilizados quando se sobrepunham procedimentos oficiais e burocráticos, junto com encontros e conversas pessoais que dirimiam dúvidas e conciliavam interesses.

Por fim, a resposta final do ministro Paranhos procurou definir a situação.

“RIO DE JANEIRO, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

EM 30 DE JULHO DE 1859

Tive a honra de receber a comunicação datada de 25 do corrente na qual o Snr. W. Stuart (...), responde à minha confidencial relativa ao Dr. Roberto Kalley, e transmite-me cópia da carta em que este Cavalheiro, explicando o seu procedimento, que parecerá suspeito às Autoridades de Petrópolis, assegura e o Snr. Stuart o confirma, que

não é e nem jamais foi missionário de Sociedades de propaganda religiosa, que nunca esteve na Ilha de Trindade, nem foi expelido de país algum, e que sempre se tem obtido cuidadosamente de pregar contra a religião do Estado.

As explicações que o Snr. Kalley dá, e a maneira porque o Sn. Stuart abona o seu caráter, devem tranquilizar o Governo Imperial que, procurando o concurso do Snr. Stuart para fazer (...) propaganda atribuída ao Dr. Kalley, não teve em vistas constituir este Snr. objeto da intolerância e da perseguição religiosa, mas prevenir as consequências (...) remotas, mas nem por isso menos possíveis e perigosas, do choque de opiniões contrárias em matérias de Religião.

No Brasil, o Snr. Stuart terá observado, há a tolerância religiosa que a Constituição do Império e as luzes do século preservem; mas há também o necessário zelo pela religião do Estado. Não deve, portanto, ter sido estranhado pelo Snr. Stuart que o procedimento do Snr. Kalley tornando-se suspeito às autoridades, motivou-se as observações que confidencialmente tive a honra de dirigir-lhe.

Assegurando ao Snr. Stuart quebrou transmitir ao Presidente da Província do Rio de Janeiro as informações que tenho referido aproveito a ocasião para reiterar-lhe, (...).

Assinado

José Maria da Silva Paranhos”.

A correspondência final do ministro encerrou a questão no âmbito do governo imperial, mas não das disputas e das polêmicas religiosas que se seguiriam pelas ações de Kalley. Sérgio Prates Lima afirmou que o próprio imperador Pedro II interveio pessoalmente no caso⁴³. Não somente os limites da tolerância religiosa pela interpretação da carta constitucional, mas as questões quanto ao casamento de acatólicos por parte de ministros de outras religiões e o enterramento de acatólicos em cemitérios públicos.

Em 13 de agosto, o doutor “foi notificado para se apresentar no ‘Hospital da Misericórdia’ para o seu exame de habilitação em Medicina. Compareceu, no dia 16, perante os Srs. Drs. Valladão, Feliciano e Chaves (?). Defendeu tese no dia 29 e, dois dias depois, foi licenciado, ficando habilitado a clinicar no Império do Brasil”⁴⁴. Em Petrópolis, Kalley continuou realizando as mesmas atividades outrora condenadas com “ajuntamentos todas as noites na rua do Propósito” e fez batismos⁴⁵.

43 Sérgio Prates Lima – *Peregrinos, Missionários e Protestantismo...*, p. 102.

44 João Gomes da Rocha – *Lembranças do Passado...*, vol. I, p. 101.

45 João Gomes da Rocha – *Lembranças do Passado...*, vol. I, p. 102.

Considerações Finais

Outros conflitos e confrontos se deram depois da questão religiosa em Petrópolis. Assim foi no bairro da Saúde no município da corte (1861), na cidade de Niterói na província do Rio de Janeiro (1864) e na cidade de Recife, na província de Pernambuco (1873)⁴⁶. No entanto, Petrópolis guardou relações mais diretas com os acontecimentos na Madeira, talvez encerrando um ciclo de conflitos, dadas as semelhanças e as diferenças entre eles.

A intermediação diplomática de uma Legação Britânica, por exemplo, não aconteceu na Madeira, antes, as autoridades inglesas na ilha opuseram-se a Kalley também ou se colocaram distantes dos conflitos. Também em Petrópolis não houve tempo e nem condições objetivas para fazer surgir um movimento de camponeses que se caracterizasse como uma sublevação popular. A continuidade entre a Madeira e Petrópolis podia ser vista nos madeirenses no Brasil que tinham o costume de comemorar a crise de agosto de 1846⁴⁷.

Da parte de Kalley, parece que aprendera com a experiência anterior quando em Petrópolis recorreu a juristas, às relações pessoais de influência e à escrita de artigos em jornais como respostas em sua defesa e do protestantismo. Desenvolveu de forma mais racionalista, tanto na teologia como no campo jurídico, argumentos que contrapunham as acusações das quais era alvo, respaldados pelo pensamento liberal dessas elites letradas e jurídicas que se opunham ao ultramontanismo católico vigente. No Brasil, a Igreja Católica recorria ao Estado para fazer pressões ao culto protestante, enquanto enfrentava embates a respeito da reforma moral e teológica do clero e a manutenção do culto, dos seminários e do sacerdócio.

Na Madeira, o confronto das fontes nos faz ver os distintos posicionamentos com polarizações e radicalizações. Ou seja, da parte de Kalley e dos camponeses protestantes houve atitudes equivalentes às das autoridades civis e religiosas. No entanto, as relações de forças entre as partes eram desiguais pois, por um lado, estava a Igreja Católica aliada ao Estado e, do outro, uma massa de camponeses recém alfabetizados e adeptos à nova religião trazida por um estrangeiro. Para os autores protestantes, ocorreu uma *perseguição*, para os jornais conservadores da época, foi uma ação oficial como *proteção* a ordem e a Igreja com seus dogmas.

Inserido no mundo luso-brasileiro e britânico do século XIX, Kalley desenvolveu uma série de ações religiosas, políticas e sociais, que o tornaram um dos mais significativos sujeitos desse contexto. Sua trajetória demonstra como um súdito

46 João Gomes da Rocha – *Lembranças do Passado...*, vol. I, p. 158-166. Os volumes 2 e 3 da obra de João Gomes da Rocha, *Lembranças do Passado*, relatam os episódios em Niterói e em Recife. Também Sergio Prates Lima – *Peregrinos, Missionários e Protestantismo...*, p. 102-106.

47 João Gomes da Rocha – *Lembranças do Passado...*, vol. I, p. 158.

britânico circulou nas diferentes situações e tramas sociais, políticos e religiosos, a partir das atividades missionárias protestantes que se encontravam em expansão no Brasil e em Portugal, e da insurgência conflituosa do liberalismo nestes dois impérios. E vislumbramos as relações entre as duas monarquias, ambas sob o domínio econômico inglês, num entremeado de leis, jurisdições, tradições, tratados, costumes, línguas e conflitos religiosos, vivenciados por estes sujeitos.

Como acima afirmamos, nossa abordagem se deteve no olhar dos conflitos religiosos a partir das relações políticas e diplomáticas daquela conjuntura, discernindo os distintos discursos produzidos sobre os mesmos acontecimentos. Assim, nos termos de uma história religiosa do século XIX podemos decifrar os sentidos das ações desse passado trabalhando sempre as relações, que nunca deixaram de existir, entre Brasil e Portugal, num diálogo transoceânico dessas experiências e dessa historiografia.